



A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA: BREVE ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DO JULGAMENTO DA ADPF 779 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Bruno Fonseca De Araujo

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

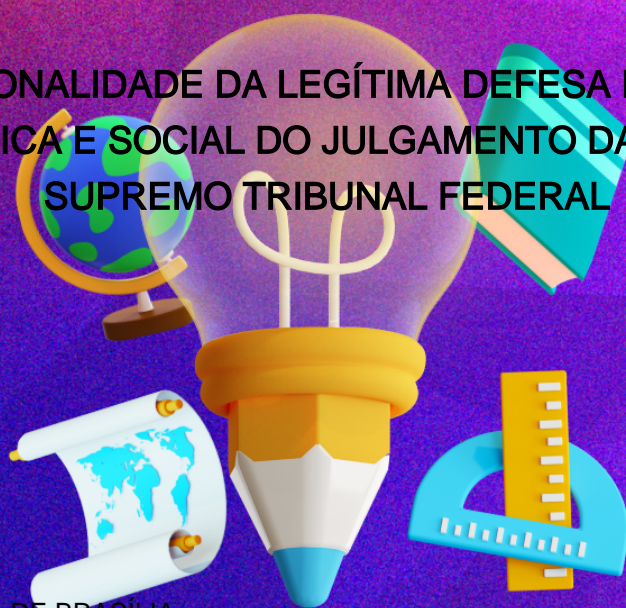
Com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 779, aprofundou-se o debate jurídico acerca da tese de legítima defesa da honra, uma concepção tradicionalmente invocada em casos de feminicídio no Brasil. Ao declarar sua inconstitucionalidade, o STF reafirmou o compromisso com os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero, elementos essenciais à estrutura constitucional vigente. Esta introdução busca delinear o contexto e a relevância do julgamento, estabelecendo o pano de fundo para uma análise mais detalhada sobre os efeitos dessa decisão e sua ressonância na sociedade e no ordenamento jurídico. Em seguida, ao considerar a evolução dos direitos fundamentais no Brasil, observa-se que a eliminação da tese de legítima defesa da honra reflete uma mudança significativa na forma como o sistema jurídico interpreta a dignidade e a vida das mulheres. Esse julgamento não apenas confronta uma prática arraigada, mas também indica um...

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é analisar a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 779, que declarou a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra, a fim de entender suas implicações no fortalecimento dos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana, proteção à vida e igualdade de gênero. Pretende-se explorar como essa decisão histórica afeta a proteção dos...

Material e Métodos

Este estudo adota uma metodologia de revisão bibliográfica narrativa e qualitativa, focando-se em fontes secundárias disponíveis em bases de dados confiáveis e reconhecidas no âmbito acadêmico. Para a coleta de dados, utilizou-se o Google Scholar, Scielo, e JSTOR, plataformas amplamente conhecidas por sua vasta biblioteca de publicações científicas e acadêmicas. A pesquisa foi delimitada a artigos, decisões judiciais, dissertações e teses publicados entre os anos de 2021 e 2024, garantindo assim a relevância e a atualidade dos dados analisados. A seleção de materiais foi guiada por palavras-chave específicas como "ADPF 779", "legítima defesa da honra", "inconstitucionalidade", "direitos das mulheres", e "igualdade de gênero". Esses termos foram utilizados para filtrar e refinar os resultados de busca, permitindo uma análise focada nas implicações jurídicas e



3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera



sociais da decisão do STF. O processo de revisão envolveu a avaliação crítica das fontes, considerando a profundidade da...

Resultados e Discussão

A decisão do Supremo Tribunal Federal ao invalidar a tese de legítima defesa da honra como justificativa para o feminicídio reflete um entendimento avançado de que tais práticas são intoleráveis sob o prisma dos direitos humanos fundamentais. Conforme analisado por Machado et al. (2022), essa mudança jurisprudencial reforça o compromisso com a dignidade da pessoa humana, evidenciando o alinhamento do direito brasileiro com padrões internacionais de proteção aos direitos das mulheres. Este posicionamento jurídico não somente rejeita práticas discriminatórias, mas também fortalece o arcabouço legal que assegura a igualdade de gênero. Avançando nessa análise, Torres (2021) destaca que a decisão da ADPF 779 promove um marco na perspectiva de gênero dentro do STF, configurando-se como um exemplo de como a jurisprudência pode atuar proativamente na eliminação de normas e práticas que perpetuam a desigualdade e a violência contra as mulheres. A eliminação da legítima defesa da honra como...

Conclusão

Em que pese haver respeitáveis posicionamentos contrários, o julgamento da ADPF 779 pelo Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra, revela um avanço crucial na proteção dos direitos constitucionais e na promoção da igualdade de gênero no Brasil. Este trabalho demonstrou como a decisão do STF reafirma os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e respeito pela igualdade, alinhando-se assim com uma visão de justiça que transcende as normativas legais obsoletas e discriminatórias. As contribuições deste estudo são...

Referências

ALMEIDA, Karla Monteiro de et al. Legítima defesa da honra: do surgimento da tese no direito brasileiro ao julgamento da ADPF 779. UFCG – PB.2022.

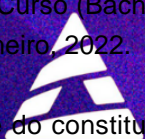
BARRETO, Polliana et al. Violência e gênero: legítima defesa da honra ADPF 779. Dom Helder Revista de Direito, v. 4, n. 9, 2021.

BITENCOURT, César Roberto. Em verdadeiro retrocesso o STF restringe previamente o exercício de defesa plena no tribunal do júri - ADPF 779. Disponível em :<https://www.migalhas.com.br/depeso/345357/stf-restringe-o-exercicio-de-defesa-plena-no-tribunal-do-juri>

CARAM, Leonardo Martins. Análise crítica da proibição da “legítima defesa da honra” pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 779. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)-Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

COSTA, Bruna. Estudo da ADPF 779 sob a lente do constitucionalismo feminista. Caderno Virtual, v. 1, n. 54, 2022.

3ª MOSTRA
CIENTÍFICA



Anhanguera